

A RONDA DOS SÉCULOS E A AUTONOMIA DA ASSINATURA “GUSTAVO BARROSO”

Antônio Ferreira de Melo Júnior¹

Artigo recebido em: 11/12/2020

Artigo aceito em: 28/06/2021

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir o significado da autonomização da assinatura “Gustavo Barroso” enquanto produção de uma espacialidade católica antissemita por meio da análise do discurso narrativo de *A Ronda dos séculos* (1933). Partindo dos estudos Yi-Fu Tuan e Simon Schama acerca do espaço e de Gérard Genette acerca do Discurso Narrativo, mostra que a assinatura é caracterizada pelo espaço católico e pelo espaço judaico, tornando-se uma espacialidade antissemita posta em jogo pela emergência do fascismo no contexto da Queda do Liberalismo. Conclui apontando a possibilidade de aprofundamento da pesquisa sobre a assinatura em termos da relação entre o ficcional e político e de seu papel estruturante.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso. A Ronda dos Séculos. Antissemitismo.

A RONDA DOS SÉCULOS AND THE AUTONOMY OF THE SIGNATURE “GUSTAVO BARROSO”

ABSTRACT: This text aims to discuss the meaning of the autonomization of the signature “Gustavo Barroso” while producing an anti-Semitic Catholic spatiality through the analysis of the narrative discourse of *A Ronda dos séculos* (1933). Starting from the studies Yi-Fu Tuan and Simon Schama on space and Gérard Genette on Narrative Discourse, it shows that the signature is characterized by the Catholic space and the Jewish space, becoming an anti-Semitic spatiality put in play by the emergence of fascism in the context of the Fall of Liberalism. He concludes by pointing out the possibility of further research on the signature in terms of the relationship between the fictional and the political and its structuring role.

KEYWORDS: Gustavo Barroso. A Ronda dos séculos. Anti-Semitism.

¹ Mestre em História e Espaços (PPGH-UFRN), professor convidado da Faculdade Educacional da Lapa (FAEL - São Gonçalo do Amarante-RN). Integrante do Grupo de Pesquisa História, Catolicismo e Política no Mundo Contemporâneo, liderado pelo Prof. Dr. Renato Amado Peixoto (PPGH-UFRN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4932243554213566>; Endereço de e-mail: antoniofдемelojr@gmail.com.

Introdução

Sabe-se que até a década de 1920 o intelectual católico, polígrafo, tradutor e futuro líder integralista Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959) assinava os seus textos com a marca “João do Norte/Gustavo Barroso” (BARROSO, 1917), recurso que funcionava como um elemento de identificação de um pensador dividido entre o romantismo e o folclore, apontava para a abertura ao nacionalismo e ao pessimismo oriundos da política externa e para sua imersão nas austeras transformações do Brasil republicano. No entanto, a partir da década de 1930 a assinatura “Gustavo Barroso” se autonomiza, passando a demarcar as produções do intelectual cearense radicado no Rio de Janeiro, inclusive as obras integralistas, ensejando uma compreensão do significado histórico dessa dada forma de assinar.

Neste artigo, objetivamos discutir o significado do processo de autonomização da assinatura “Gustavo Barroso” enquanto produção de uma espacialidade católica antissemita por meio da análise do livro *A Ronda dos Séculos* (BARROSO, 1933a). A escolha pela fixação em uma obra específica é importante por dois motivos: primeiro, a obra ora em relevo é a primeira a empregar a assinatura de forma autônoma, o que nos permite compreender a autonomia em estado de latência; segundo, essa movimentação permite uma análise mais minuciosa, atenta ao discurso narrativo.

Acreditamos que esse objetivo torna-se pertinente à história dos espaços na medida em que é necessário considerar, antes de tudo, a compreensão dos pressupostos da relatividade e da constituição do espaço enquanto elementos caracterizadores de sua natureza (KERN, 1983, p. 131-180) para retomarmos enquanto concepção teórica a compreensão do espaço como amálgama de produções mentais, como tal, alicerçado em um conjunto complexo de ideias e num conjunto imagético-discursivo (SCHAMA, 1996, p. 17; TUAN, 1983, p. 39). Embora publicada originalmente em 1920, *A Ronda dos séculos* (BARROSO, 1933a) foi reeditada integralmente na década de 1930 e era indicado pelo próprio autor como uma grande obra sua àqueles que queriam, na década de trinta, conhecer

profundamente os seus escritos, tornando-se um texto fundamental para o pensamento conservador do autor, porquanto é principal e a pioneira produção livresca a apresentar a referida assinatura de forma autônoma. Assim, nossa análise se limitará à apreciação desse conjunto complexo de ideias e dos seus aspectos imagético-discursivos na obra em relevo, tentando mostrar como esses elementos são construídos textualmente.

Sendo assim, para tal análise, os escritos de Gerard Genette (1990; 2001) nos servirão enquanto referência teórica e metodológica. A nossa preocupação central é atentar para o discurso narrativo no sentido de perceber a relação entre a obra e a autonomização de um elemento específico desse mesmo discurso, ou seja, a nomeação da assinatura “Gustavo Barroso”.

O recorte histórico do início do século XX, iniciado com a eclosão da Grande Guerra (1914-1918), foi marcado pela debilidade dos governos ao não conseguirem melhorar a condição humana das pessoas, uma vez que não superaram o desemprego, a fome e a miséria decorrente do conflito bélico, razão pela qual os valores caros à civilização liberal, tais como a desconfiança da ditadura, o compromisso com governos constitucionais, a liberdade de expressão dos cidadãos e o racionalismo no serviço público, entraram em descrédito. A queda do liberalismo, como veio a ser chamada pela historiografia (HOBSBAWM, 2013, p. 113-143), permitiu a ascensão de governos fascistas como o de Mussolini na década 1920 e de Hitler em 1930, fomentando a disseminação do pensamento nacionalista como uma forma de tentar solucionar os problemas sociais gerados. Neste momento histórico, o pensamento nacionalista católico se fortaleceu mais do que todos os outros nacionalismos, porque a Igreja Católica construíra uma experiência de contestação ao liberalismo desde pelo menos o século XIX.

A edição do livro *A Ronda dos séculos* foi publicada em 1933 pela Editora José Olimpo, no Rio de Janeiro e implica numa intervenção no contexto da Queda do Liberalismo. Barroso é apresentado como membro da Academia Brasileira de Letras na capa e faz um texto perpassando os séculos, fazendo a ronda, averiguando

por meio de contos cada época histórica, misturando personagens fictícios com reais. Se tivermos de o classificar, diríamos que se tratar de literatura histórica em consonância com a incursão de Barroso na literatura, desde os vinte e três anos de idade. Afinal, antes de se tornar membro da Academia Brasileira de Letras em 1923 e militante integralista em 1937, ele já era um escritor consagrado; antes de assinar “Gustavo Barroso”, já assinava “João do Norte”. O livro é um grande exercício de imaginação histórica.

Na obra, o autor escreve uma série de contos sobre a realidade político-social da época, mas fazendo com muita argúcia o recurso retórico. Inicialmente, ele estabelece uma cronologia centrada na ideia de guerra: o livro começa com o recorte da Primeira Guerra, aborda a Pré-História com o texto “Krum, o troglodita” (BARROSO, 1933a, p. 12-20) e se encerra com a parte “A Última Guerra?”, com o conto “O osso do presunto” (BARROSO, 1933a, p. 341-348), sendo que entre esses recortes aparecem as seguintes partes, sucessivamente: Antiguidade Oriental, a Grécia e o Oriente Helenizado, de Roma ao Islã, a Idade Média (a que dispõe de maior número de contos), a Reforma e o Renascimento, a Era dos Descobrimientos, a Época Moderna e a Grande Guerra. Em suas 348 páginas, sem contar com uma introdução, Barroso articula uma estratégia de exposição que estabelece o sentido da história pela volta da barbárie, pelo regresso moral e pela sugestão da guerra, misturando personagens e períodos históricos consolidados com personagens fictícios.

O discurso narrativo de *A Ronda dos Séculos*

O discurso narrativo de *A Ronda dos Séculos* (BARROSO, 1933a) difere de *Ideias e Palavras* (JOÃO DO NORTE, 1917) no tocante à disposição dos conteúdos, aos conteúdos em si e à estruturação do texto, de modo geral, e aproxima-se da chamada produção integralista do autor, ocupando um lugar de fronteira e de transição entre os cânones. No representante canônico imediatamente posterior à Grande Guerra, existe elogio às guerras e o reconhecimento da importância delas para a inteligibilidade histórica, mas comportando uma apreciação positiva em

relação ao judaísmo, uma vez que o judeu é percebido como a encarnação da história local, porquanto seria fraco e injustiçado, mostrando com isso que fraqueza, sofrimento e injustiça são realidades que perpassam a história (JOÃO DO NORTE, 1917, p. 111-113, 120, 167-168). Já no representante canônico do integralismo, o judaísmo aparece como um poder internacional degradante que se contrapunha à nacionalidade brasileira, corroendo-a em todas as dimensões: é nesse espírito que é produzida a associação entre judaísmo e comunismo (BARROSO, 1935, p. 148-158), a do imperialismo judaico que comandava a política externa brasileira desde o período imperial, notadamente em relação à dívida oriunda dos empréstimos bancários, estando os judeus representados enquanto os banqueiros (BARROSO, 1934), os judeus são colocados como a força principal dos encaminhamentos políticos brasileiros, atuando de forma oculta desde a atuação dos cristãos-novos e seriam responsáveis pela interiorização brasileira orientaram espacialmente os portugueses, inclusive argumentando que a inquisição teria sido frágil se comparada à potência dessa força oculta (BARROSO, 1939, p. 39, 41), ou seja, toda uma discussão que vai desembocar na versão e na recepção dos *Protocolos dos Sábios de Sião* (BARROSO, 1936), talvez o texto antissemita mais influente do século XX. Perpassando esses cânones está o pressuposto do catolicismo enquanto fundamento civilizacional.

O que está em jogo aí é a emergência de um fascismo novo, uma terceira geração que reconstitui os problemas nacionais dispostos no internacional, e internacionais dispostos no nacional na produção do seu discurso narrativo. Isso porque a partir de 1933, quando ingressa na Ação Integralista Brasileira (AIB), o autor unifica os tópicos do integralismo e do catolicismo. Em *A palavra e o pensamento integralista* (BARROSO, 1935), o autor entende que a civilização se caracteriza por um “espírito de sacrifício”, que equivaleria a uma “espiritualização” da sociedade, cuja promoção equivaleria a uma verdadeira revolução, uma “revolução interior”, porque significaria romper com uma consciência oriunda da Revolução Francesa de diminuir a importância da religião, de afirmar o materialismo, de pôr em risco as tradições nacionais. Nesse sentido, valeria a afirmação: “O que é preciso é criar uma nova ordem das coisas, nova justiça social, novas concepções dos problemas

nacionais, nova maneira de resolvê-los, não para gáudio destes ou daqueles, mas para o bem geral da Nação” (BARROSO, 1935, p. 111). *Integralismo e Catolicismo* (BARROSO, 1937) é escrito sob justificativa de traduzir, apresentar e anotar as encíclicas sociais católicas e relacioná-las aos textos integralistas, uma forma de convencer os religiosos de que no Brasil o integralismo representava a saída cristã por excelência em termos de política, ou seja, participar desse movimento seria realmente atender a um imperativo divino.

Nesse sentido, entendemos que a autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”, com os elementos constituintes e significantes de sua produção, é um dos constructos que permite um mundo em comum para o catolicismo e o integralismo em termos da emergência de um fascismo à luz da realidade brasileira. Acreditamos que essa discussão adensa os estudos articulados pelo Prof. Dr. Renato Amado (PEIXOTO, 2015a, p. 139-158; 2015b, p. 99-126; 2016, p. 121-150; 2017; PEIXOTO & RODRIGUES, 2020, p. 61-94) acerca da analítica da colusão e na complexidade do pensamento católico na contemporaneidade. Gustavo Barroso, ligado à identidade do Fascismo Clerical, se distinguiria enquanto intelectual católico, forjando uma inteligibilidade sobre a identidade nacional e sobre o catolicismo.

Além disso, entendemos que a atenção ao problema da assinatura auxilia na superação de tendências dicotômicas na historiografia sobre Gustavo Barroso: de um lado, frisou-se o cânon ligado ao patrimônio histórico, à memória e à escrita de si (p. ex., CERQUEIRA, 2011; MAGALHÃES, 2009); de outro, frisou-se a exclusividade do cânon integralista (CARNEIRO, 1995; CYTRYNOWICZ, 1992; DANTAS, 2015; JESUS, 2011, p. 15-34; MAIO, 1992). O estudo à luz da assinatura produz um redirecionamento historiográfico, pois sugere uma continuidade entre esses cânones e repensa a canonicidade. Nesse ponto, cabe esclarecer que quando nos referimos à assinatura queremos com isso designar não apenas uma expressão (“Gustavo Barroso”), mas também a expressão enquanto mecanismo de poder simbólico, elemento demarcador do campo do saber e índice classificatório de toda

uma produção bibliográfica que permite identificar um intelectual e os temas a ele associados, mesmo após sua morte.

A seguir, analisaremos o discurso narrativo de *A Ronda dos séculos* enquanto demarcação de uma assinatura que funda uma espacialidade católica antisemita.

a) Voz do narrador e velocidade da narrativa

Dividido em dez partes e trinta e dois capítulos, o livro em discussão é formado por um conjunto diversificado de contos alusivos às realidades históricas e geográficas, cobrindo o recorte compreendido desde a Antiguidade Oriental até a época contemporânea. Seguindo uma linha evolutiva, portanto, o livro sugere a predominância de elementos de continuidade e alicerça-se numa abordagem do espaço em que as ideias são mais determinantes para as consequências das ações do que as questões materiais e econômicas. Cada parte do livro é composta por um número de capítulos, os quais significam - cada qual a seu modo -, uma ideia fundamental do período histórico consolidado, de modo que por meio da comparação entre cada parte torna-se possível perceber o que fundamentalmente caracterizou a mudança de uma época para outra em termos de ideias à luz do autor.

Assim sendo, a voz do narrador predominante é a terceira pessoa, tempo verbal flexionado no passado, caracterizando a marcação de um observador onisciente, atento ao pensamento fundante das ações dos personagens. Com isso, o autor consegue estabelecer rápidas e conexas ultrapassagens entre os parágrafos e os capítulos, sendo que as suas demoras são na descrição do ambiente geográfico (o que geralmente ocorre no início dos capítulos), na descrição do estado físico ou psíquico do personagem, na descrição de algum objeto e na apresentação de uma epígrafe disposta no início de cada capítulo. O narrador coloca na boca e na trama dos personagens risos, choros e raivas, de modo que a narrativa é rica de sensibilidade embora careça, de forma deliberada e intencional, de menção às estruturas político-econômicas marcantes das sociedades estudadas. Deve-se destacar, também, que o autor delibera essa atenção às emoções por meio da explicitação da importância das guerras enquanto acontecimentos históricos de clivagem.

Um dos principais e mais recorrentes recursos narrativos trazidos no início de cada capítulo é o da contextualização e descrição do ambiente geográfico, concebendo o espaço como um dos determinantes para as ações das pessoas, nesse sentido seria também o motor de uma evolução histórica ampla, como também como prenunciador de determinadas ações, isto é, quando um ponto de inflexão se desenvolve na narrativa a ação futura parece prognosticada pela descrição da geografia. Em ambos os termos, o espaço é percebido enquanto o conjunto interacional de pessoas, ideias e objetos. Assim, no início do capítulo “No país dos Vedas”, que versa sobre a Índia Antiga na parte “Antiguidade Oriental”, o autor narra a seguinte descrição de Ratnapura:

[...] estendia-se Ratnapura, a vasta planície dos Rubis. O sol, muito alto, ofuscante, dourava a formosa cidade de Sidocanda, cujas bizarras construções apareciam entre as palmas verdes e os tirso floridos dos talipots centenários. À sombra das figueiras sagradas, raras cabanas se acolhiam, e reinava a maior solidão em toda a paisagem cheia pelo estrídulo canto das cigarras (BARROSO, 1933a, p. 23).

Quando a narrativa se desenvolve, ficamos sabendo que o personagem principal, o guerreiro Vrikodara, é oprimido por uma forte solidão oriunda da morte da sua “mulher amada”, a quem ele mesmo matara enganado, como se a própria paisagem tivesse se injetado no personagem a ponto de determinar os seus sentimentos. Solidão e melancolia também aparecem como traços definidores do seu Chatria, que permanece imóvel, sozinho e calado durante a maior parte do tempo. A religião hindu, por seu turno, recebe um tratamento dispensado àquelas construções bizarras mencionadas, é vista como anacrônica, pois é criticada pelo dogma da divisão austera entre as castas na sociedade, uma vez que o personagem principal e a amada não permanecem juntos por causa da existência das castas.

De igual maneira, também objetos aparecem como tradutores da ação do exército para o autor:

Eram oito oficiais. Um general pálido, seco e alto, alourado, maçãs do rosto salientes, fisionomia hipócrita e ao mesmo tempo cínica, talhada em linhas duras, angulosas, cruéis, que lembravam as expressões dos povos das estepes. Silenciosamente, olhava uma carta estendida sobre a mesa e, de quando em quando, tomava um pouco de cerveja do caneco grosseiro que pousava ao alcance da mão ou mordida o charuto apagado (BARROSO, 1933a, p. 329-330).

Podemos perceber que a menção à rusticidade de objetos como mesa, caneco grosseiro, charuto e cerveja é a estratégia para a explanação da pessoa do general alemão e do exército como um todo, inclusive porque a expressão empregada para significar a expressão facial do general é “talhada”, ou seja, como se o próprio fosse feito de madeira, como se fosse o objeto.

b) Escala internacional

Barroso trabalha no livro em discussão as escalas do espaço internacional e toma como pressuposto de todos os textos a escala do nacional. Com efeito, cada capítulo do livro discute uma realidade nacional especificamente (Índia, China, Sérvia, Itália, dentre outros) como se as nações e os nacionalismos automaticamente sucedessem o período pré-histórico, nesse sentido, identificando-se as nações às civilizações.

Deve-se notar que o autor subentende o surgimento da humanidade a partir de um ponto de vista dos difusionistas, colocando como ponto de partida as iniciativas privadas e os anseios da espécie, adensando a tese darwiniana de ser o impulso para a perpetuação das espécies ser o fundamento formador das tribos e dos agrupamentos humanos (DARWIN, 2014).

Com apenas uma menção à realidade luso-brasileira, justamente quando sobre o papel do sertão à época dos Descobrimentos (BARROSO, 1933a, p. 261-270), ele difere e muito da abordagem feita em *Ideias e Palavras* (BARROSO, 1917). Agora, Barroso forja-se enquanto um intelectual das realidades macro políticas e sociais; “Gustavo Barroso” quer dizer, pois um problema do conhecimento de abrangência internacional e um intelectual que se projeta em escala internacional, de modo que a dimensão internacional é percebida como a dimensão fundamental da compreensão e da experiência da cultura contemporânea.

É nesse espírito de força internacionalista que todos os personagens são produzidos. Além dos personagens apresentados no capítulo anterior, o autor estabelece como protagonistas de suas tramas discursivas, com o enredo particular de cada conto: Ulisses da Grécia, Alexandre da Macedônia, Maomé, Juvenal, o rei Dagoberto, o papa Paulo III, Chica da Silva e o português Rodrigues, os amigos

internacionalistas, os dragões do rei, Dom Garcia, os índios antropófagos, Licofronte, um padre franciscano da Roma Antiga, enfim, são geralmente personalidades históricas consolidadas, em sua maioria homens, que são narrados enquanto líderes ou formadores culturais das diversas nações, com exceção do papel desempenhado pelas figuras judaicas, as quais sempre aparecem como degradantes dos espaços nacionais, seja pela influência econômica, seja por meio de uma iniciativa de promiscuidade.

Essa apreciação da escala internacional como cenário para o surgimento de personagens e grupos que impactaram as escalas nacionais revela que o autor toma como ponto de partida e lugar de fala o catolicismo como índice civilizacional, o que fica claro pelos personagens escolhidos, pelas nações discutidas, pela ênfase nas ideias e doutrinas, com a concepção da História enquanto uma linha evolutiva marcada por embates entre ideias e indivíduos e pela tomada de partido da realidade ocidental, tendo como pano de fundo o determinismo geográfico. Além disso, a escola internacional é compreendida como um espaço conflituoso, em constante disputa, de modo que se configura o judaísmo no polo oposto ao Ocidente católico, marcado pela atuação dispersa de judeus ao longo das nações no sentido de desagregá-las, quebrando a pretensa unidade do mundo católico ocidental. Dessa forma, estamos diante de um texto que conjuga a preocupação com o catolicismo e o antissemitismo.

O espaço católico

Estando a obra em relevo com uma mão no catolicismo e outra no antissemitismo, como escrito anteriormente, a localização fica evidenciada sobretudo pela vinculação a uma perspectiva ocidental, à importância das ideias e da religião e ao papel das guerras e do determinismo geográfico como elementos que se incorporam a uma assinatura. Neste tópico, chamaremos de “espaço católico” esse conjunto complexo de ideias para apontar a dimensão conflituosa e religiosa que esse constructo visa fomentar. Para tanto, fixaremos a atenção nos contos “Krum, o troglodita” e “O osso do presunto” por entendermos que eles melhor exemplificam o espaço da guerra, porquanto tomam como pressuposta a ideia de que a sociedade

contemporânea estaria se barbarizando, isto é, afastando-se do índice civilizacional representado pelo catolicismo em sua vinculação com a nacionalidade.

No capítulo “Krum, o troglodita”, percebemos a confluência entre idealismo, saberes sobre os espaços e de inteligentes recursos retóricos que pressupõe o catolicismo como índice civilizacional. Krum é apresentado como o “troglodita solitário” (BARROSO, 1933a, p. 18), de “corpo baixo e grosso” (BARROSO, 1933a, p. 16) e com uma força grande e peculiar (BARROSO, 1933a, p. 15), sendo o recorte temporal Pré-história discutido em conjunto com a discussão sobre o espaço: à medida que Barroso descreve o ambiente físico, menciona os animais e as plantas que vivem nesse ambiente e descreve a movimentação do personagem principal ele vai produzindo um espaço que chamaremos de espaço da guerra por este ser o nexo de sentido tecido ao longo da obra. É importante destacar que o autor se contrapõe aqui à concepção materialista então vigente, segundo a qual a coletividade tribal seria o determinante para a individualidade (ENGELS, 2014).

Barroso começa a tecer o espaço da guerra ao descrever o ambiente em que o troglodita habita:

[...] uma caverna sobre um planalto a cavaleiro do rio, cheio de esturjões, e das florestas de cicas, coníferas e fetos gigantes, povoadas de feras. De lá avistava o branco das geleiras, que desciam das montanhas sempre enevoadas, entre morenas de detritos, e grandes pradarias cobertas de ervas altas, em cujas lagunas espadanavam água os hipopótamos perseguidos pelo machoerodus monstruoso (BARROSO, 1933a, p. 15).

Podemos perceber a predominância de elementos discrepantes em relação ao aspecto físico de Krum, pois ele sendo baixo e grosso é alçado pelo ambiente em que vive à maior altura possível e a uma condição de observador privilegiado, dado que habita em um planalto, próximo ao rio, com animais para a caça, um espaço isolado. A presença de feras, de fetos, de montanhas e de grandes pradarias assinala a hostilidade e a robustez do espaço e reforça que a ideia da força do troglodita por meio dessas condições geográficas. Krum podia parecer insignificante frente às condições geográficas em que atuava, podia até confundido com elas, mas por causa

delas ele conseguiu fortalecer-se e ter um domínio intelectual sobre a natureza a partir da centralidade da visão (notemos que o trecho encaminha-se para colocar o bárbaro como o “monstruoso”). Com efeito, a visão aparece como o mecanismo produtor do domínio sobre espaço em duas perspectivas: primeiro, a visão do troglodita sobre o espaço o faz como que senhor dele, mecanismo empregado também em outras partes do texto: quando ele via o luar e a “melancolia da paisagem”, quando olha com inveja o seu oponente e quando vê o pássaro a quem matará com uma pedrada (BARROSO, 1933, p. 16, 17, 18). Segundo, a forma como Barroso produziu o texto faz com que o narrador assuma a função de observador; é como se sua visão fosse tão poderosa ao longo da narrativa que pudesse enxergar a materialidade e até as ideias e os sentimentos de Krum. O narrador confunde-se com o próprio autor.

Continuando essa função de narrador-observador onisciente, Barroso descreve a atividade de caça e as tensões existentes na vida que o ambiente proporciona a Krum. Ele anda por lamaçais e matagais espessos, tem músculos fortes que resistem aos cipós, tem uma escuta aguçada para ouvir os passos dos animais. Sendo portando um artefato a ser lançado aos animais, a sua alegria encontra-se na atividade da caça (ao caçar, ele ficava “rindo barbaramente”) e quando existiam sinais de que ela não podia ser feita os seus medos afloravam:

Ao longe, um vulcão erupia com fragor, alanceando de chamas o espaço, deixando escorrer pelas encostas lágrimas de lava. Milhares de animais fugiam, assombrados, em furioso tropel. Gritos de homens medrosos vinham dos convals clareados pelo fogaréu. Krum prosternava-se, porque sua alma era cheia de terrores desconhecidos e temia todos os espíritos ocultos: os que moram nos anfractos das pedreiras, os que olham dos luzeiros do céu, os que crepitam das labaredas da fogueira, os que roncam com o trovão, estalam com o raio, atroam com as erupções e os que, mansamente, deslizam sobre as águas e as ervas, na penumbra dos bosques e na face das penedias, almas dos que partiram para a longa viagem da morte (BARROSO, 1933, p. 15).

O ambiente físico parece que sofre e da sua tristeza exala nova tristeza no troglodita. Das lágrimas do vulcão afloram os temores e os medos mais ferrenhos. Como “homem primitivo” (BARROSO, 1933a, p. 16), Krum sentia forjar-se a sua própria condição humana e na medida em que andava, ouvia, via e atuava sobre o

território transformava o lugar em que vivia em espaço, em espaço da guerra. Os medos sinalizam para a sensibilidade e para a imaginação elaboradas a partir da experiência da existência dentro das florestas enquanto constituintes do espaço. Sinalizam também a influência das características geográficas sobre o homem: não fosse a erupção caça podia ter sido continuada e não haveria motivos para a eclosão de medos. Movido, então, entre as tensões da geografia e da condição humana, em que o conflito parece ser a regra de convivência, seja entre os homens, seja entre homens e natureza (fauna e flora). O troglodita também se autoformava nesse processo.

No processo de formação de Krum, Barroso destaca um elemento do campo afetivo como o grande impulsionador interno, da sensibilidade, a responder ao impulso externo das condições geográficas, ou seja: a solidão. Sabemos que a ideia de solidão ocupou parte dos escritores de literatura do período entre as duas guerras mundiais (1919-1938) e traduzia a condição de estranheza que os homens ocidentais sentiam frente ao mundo devastado pela guerra. Podemos mencionar como exemplo europeu paradigmático dos textos centrados na solidão a obra de Joseph Kafka (1997; 1998), cujos livros trazem muitos traços autobiográficos e os personagens principais são, de modo geral, convictos solitários. Em território brasileiro, Barroso produzia uma alternativa à solidão advinda da burocracia e racionalização liberais, como aquela diagnosticada por Graciliano Ramos (1964 [1934]).

Em conformidade com o aspecto contextual de evidenciar a solidão, Barroso descreve o retorno de Krum à caverna onde habita, após mais um dia de tensões com o ambiente físico, com a alegria da caça e com o medo do vulcão. O retorno ocorre à noite, a qual inaugura toda uma transmutação da forma de ver e conceber o espaço: se antes, podíamos afirmar ser um espaço da guerra, agora se trata de um espaço da solidão. Sob a luz do luar, Krum sente a solidão e ao enxergar e ouvir as coisas ao seu redor percebe que tudo o “enchia de solidão”: a flora agora não é mais verde, é cinzenta e prateada; os urros dos ursos e os uivos das raposas furam o silêncio da noite; acima de tudo não as montanhas, e sim “os cornos altos dos

megáceros” (BARROSO, 1933a, p. 16). A hostilidade do ambiente produz a solidão, essa desordem interna que enseja e requer superação no personagem. Deve-se notar aqui como a solidão é alçada como um dos pilares da civilização, da religião e da nacionalidade (PAZ, 1992).

De fato, a solidão não era entendida como algo necessariamente negativo, pois impulsiona o bárbaro à perda afetiva da mulher e à inteligibilidade do passado (BARROSO, 1933a, p. 16-17), de modo que o autor vai encaminhando o leitor para todo um complexo espacial que requer uma guerra para a solução do problema. Assim é que somos encaminhados à última página do conto, momento em que dois homens primitivos caçam e brigam em torno da ave (“orfaz de asas brilhantes”) abatida:

[...] acharam-se frente a frente, de armas em punho, rugindo. Krum desviou-se ao primeiro golpe do contendor, estendeu o corpo para diante e deu-lhe com o gume do sílex no crânio. A pancada foi rápida e seca como uma martelada. O outro caiu pesadamente. O troglodita atirou a arma ao solo, abandonou o pássaro rutilante e correu para a barraca do morto (BARROSO, 1933a, p. 18).

Rápida e seca como uma martelada é o golpe desferido, entre os oponentes uma ave de asas brilhantes e o prêmio, por assim, estava dentro da barraca: a mulher. Tendo ficado com a mulher do oponente, a qual é reduzido à sua condição de objeto, Krum saiu vencedor, tornando-se o único caçador da floresta e reconciliando a desordem externa (ambiente) com uma ordenação interna (afetiva).

Essa produção do espaço da guerra e da solidão perpassa todo o livro e está presente no capítulo final, “O osso do presunto” (BARROSO, 1933a, p. 341-348). A narrativa desenrola-se no Rio de Janeiro, essa “imensa cidade” (BARROSO, 1933a, p. 343), é tecida na forma de diálogo entre dois personagens: João Matoso, bacharel, viajante e literato, com uma mentalidade mais progressista e cosmopolita; e Antonio Mendes, engenheiro, mais afeito à tecnologia, mais provinciano. Mesmo com a confiança no desenvolvimento técnico e tecnológico, sobre o qual se insinua certa crença no progresso da humanidade, João não deixa de externar o seu medo do mar, razão pela qual se sentia mais motivado a viajar de avião e a enxergar o

progresso técnico como algo muito positivo. Esse medo do mar tinha uma explicação bem precisa, a qual ele explica assim ao seu amigo Antonio:

Ô homem! Sou um sujeito mais ou menos lido e doe-me o coração ver essa imensa planície líquida deserta, inteiramente deserta. Houve tempo em que as velas brancas dos navios e, depois, o penacho fumegante dos paquetes perturbaram a sua solidão. Hoje, não há um barco, não se avista um vulto. O mar foi abandonado! E eu não posso deixar de me entristecer, pensando nas navegações dos fenícios, nas sereias da Odisseia, nas façanhas marítimas dos portugueses e mesmo naqueles crimes que, ainda não faz um século, praticavam os submarinos alemães (BARROSO, 1933a, p. 342).

O medo do literato é o medo da solidão, essa recorrente desordem interna, o mar pela sua extensão traz à tona esse sentimento e pela modernização, isto é, pelo uso cada vez mais frequente do avião ele tornara-se mais solitário ainda. Ver o mar traz à memória os acontecimentos do passado, notadamente das leituras feitas de obras que enalteciam as façanhas marítimas, onde o mar desempenhava alguma centralidade na vida social e até nas relações geopolíticas. O mar devia ser mais aproveitado. Essa mesma posição acerca do aproveitamento do mar é tomada por Antonio que, em resposta ao seu amigo, menciona a riqueza de recursos e animais exploráveis presentes no mar, tais como salmões, sardinhas e bacalhaus (cf. BARROSO, 1933a, p. 343).

Se o mar é um espaço da solidão, um espaço povoado somente pelo incômodo e pela memória vegetal do viajante, como dominar esse espaço a exemplo do que fizera o troglodita em relação à perda da companheira? Que outro mar pode ser conquistado e povoado para existir o preenchimento pessoal do vazio da solidão? Barroso, na posição de narrador-observador, não o diz agora. Parece tentar chamar a atenção do leitor para outras particularidades. Ainda na resposta de Antonio a João, o amigo sugere que o bacharel, o literato “segundo diz a história, dominou com a sua mediocridade o Brasil” nos tempos idos, e Barroso faz notar que as serras cariocas estão como os “velhos livros tropicalmente descreviam” (BARROSO, 1933a, p. 342, 343). Assim, o espaço do Rio de Janeiro, embora rodeado pela solidão do mar e constituído pelo alto desenvolvimento tecnológico, é ainda um espaço marcado pela influência dos intelectuais; como as serras, é um

espaço formado por altos e baixos e por vislumbrar uma capacidade intelectual enquanto fortemente ligada às cidades europeias. Em uma de suas conversas, o bacharel João diz, com certa naturalidade, que na manhã seguinte eles têm que ir até Genova, mostrando a facilidade do contato em um mundo globalizado e em que as fronteiras parecem estar sempre abertas (BARROSO, 1933a, p. 343).

Dentro dessa perspectiva, o Rio de Janeiro é apresentado como “a capital dos Estados Unidos da América do Sul”, e ao incluir o Brasil no grupo internacional das Américas, os dois amigos desacreditavam na existência da ideia de nação brasileira:

Há os Estados Unidos da América do Norte aliados aos da América do Sul, os da Europa, os da Ásia, os da África e os da Oceania, que acabam de se formar, todos ligados pela Sociedade das Nações. Coisa engraçada: somente na África ainda existem fardas e serviço militar (BARROSO, 1933a, p. 344).

Há certa ironia na passagem, pois em um mundo considerado cada vez mais internacionalizado, esta surge basicamente como uma consubstanciação e um domínio dos Estados Unidos da América sobre o globo, dado que todos os continentes são nomeados como homônimos norte-americanos e apresentam uma organização política, indicada pelo próprio nome, baseada na confederação dos Estados. Há também a sugestão de certa ingenuidade na tomada de posição desses brasileiros instruídos, como se eles independente de seus perfis profissionais estivessem totalmente alheios aos interesses nacionais e não entendessem de relações geopolíticas, dado que os dois amigos estranham e entendem como uma anomalia a presença de soldados e do serviço militar na África, afirmando peremptoriamente em seguida: “Já faz tempo que houve a última guerra. E nunca haverá mais outra. A guerra é uma criação social infame. Encontramos decididamente a paz universal”; e, “Tens razão. Nunca mais à face da terra um homem brigará com outro homem” (BARROSO, 1933a, p. 344 e 345, respectivamente). Assim sendo, a configuração do Rio de Janeiro enquanto um espaço do moderno significa uma imaginação política por parte da elite letrada brasileira configurada enquanto dentro de um espaço internacional, o que na narrativa de Barroso é tida como ingenuidade porque ele vislumbrava que as

relações políticas e geopolíticas ainda eram na década de 1930 e seriam até um distante futuro, talvez eternamente, dramaticamente nacionais. O espaço era e continuaria a ser um espaço católico marcado pela guerra.

A perenidade dos laços nacionais e a proeminência do espaço da guerra são apreendidas pelo destino trágico ao qual são lançados os dois amigos quando estavam viajando em uma aeronave:

Meia hora depois [do diálogo], um ciclone envolvia o aeroplano, atirava-o loucamente em horríveis rodamoinhos, trazia-o entre uivos e estalar de trovões até à superfície do mar. Por fim, partia-lhe uma das asas a cinco metros de ondas espumantes. O aparelho rodopiou, despejando na água revolta, furiosa, os dois tripulantes (BARROSO, 1933a, p. 345).

Podemos entender pela citação que a perspectiva defendida pelos amigos João e Antonio de fronteiras abertas e de uma paz universal constituintes de um mundo aparentemente internacionalizado é quebrada pela ação da própria natureza, que estabelece uma fronteira natural com ciclones e rodomoinhos, impedindo o livre deslocamento do avião. Barroso emprega o verbo “atirar” e adjetivos como “revolta” e “furiosa” para demonstrar a plena hostilidade do mar aos homens, de modo a ratificar que a força que as características geográficas exercem uma influência sobre a vida humana, ela molda o homem independente do contexto em que ele se encontre. O mar como que se vinga dos humanos por tê-lo abandonado em detrimento dos meios de transporte e de sociabilidade modernos. Uma perspectiva geopolítica que exclua as fronteiras nacionais, as quais teriam por base essas mesmas fronteiras naturais, e acredite no internacionalismo vai de encontro à condição humana. Nesse ponto, há o estabelecimento de nexos com o primeiro capítulo do livro, uma vez que o troglodita Krum fora moldado pelas montanhas, florestas e caverna por onde se movimentava. O interessante é que antes de narrar a queda do avião pelas forças naturais, Barroso faz notar que o avião dera uma guinada “à esquerda” e passara por entre um “revoio branco de gaivotas” (cf. BARROSO, 1933a, p. 344).

A influência do mar sobre a vida humana faz com que os dois amigos passem a lutar pela sobrevivência, então, o mar conduz os dois até uma ilha deserta, que outrora fora um presídio brasileiro; Barroso descreve as causas desse isolamento da ilha a partir de elementos históricos: devido à modernização e à busca pelo espaço aéreo pelas potências europeias (notadamente, Inglaterra e Espanha) e também pela “guerra do ABC” e devido à “reconstrução moderna da América meridional numa união feliz” (BARROSO, 1933a, p. 346), ou seja, a configuração internacionalista do espaço tornou preferíveis e mais povoados os locais mais centrais e sobre o domínio europeu, razão pela qual os locais brasileiros e de menor abrangência, que atendiam mais diretamente aos interesses nacionais, foram esquecidos em prol de cidades europeias ou norte-americanas, como Gênova e Nova York. O fato é que o mar determina uma queda e os locais aonde os amigos vão após a queda do avião.

Chegando à ilha, depois de muitas tensões com o oceano, ao contrário do que o leitor poderia esperar devido ao distanciamento do mar, o determinismo do mar sobre a vida dos homens não vai diminuindo, e sim se acentuando cada vez mais e se tornando um nível de objetivação e de animalização, em que cada pessoa parece perder paulatinamente a sua dignidade humana e se tornar uma espécie de objeto. Nesse momento da narrativa, estando nus, famintos e desprovidos de quaisquer recursos tecnológicos ou de qualquer ajuda de organismos internacionais, os homens se deparam com a relação da sua condição humana com a imperiosa ação da natureza. E assim, a grande atenção e o motivo de existência deles se voltam para o osso do presunto:

Os naufragos nada ali encontraram que minorasse sua miséria atroz. Somente um pouco de água fresca numa fonte. Felizmente, deu também à costa o cofre frigorífico dos mantimentos. Durante uma semana, puderam alimentar-se. Por fim, restava só o osso meio esbrugado do presunto, para o qual os ávidos olhos dos famintos se dirigiam a todo instante. Mas como repartir aqueles reles fiapos de carne em torno dum osso? A fome de ambos era terrível: tinha três dias de idade (BARROSO, 1933a, p. 346).

O mar promove a miséria e a fome, que tem até idade, como se fosse mais humana do que os homens em tremenda degradação. O mar tem o poder de

provocar a morte e de por término na amizade. O mar fez os homens retornarem à origem do progresso humano, isto é, ao próprio instinto de salvação da própria vida e da salvação da espécie. O mar põe fim à ilusão da paz eterna e põe os outrora homens, agora “duas feras premidas”, e coloca-os face à realidade da briga e da guerra. Assim Barroso encerra o capítulo:

E ambos avançavam, atracaram-se, lutaram arquejando. Por fim, o último caiu, arroxeadado, estorcendo-se no solo, procurando alcançar o alimento com as mãos recurvadas em garras. Mas o primeiro deu-lhe com os pés brutais; pisou-lhe cara, corpo, membros, imobilizou-o, esmagando-o; atirou-se ao osso, apanhou-o, correu e, acorado sob uma mangueira quase murcha, batida de sol, roeu-o, lentamente, com delícia (BARROSO, 1933a, p. 347).

Com esses dois contos, que dão sentido à obra como um todo por serem o primeiro e o último capítulo, respectivamente, podemos perceber que a obra literária apresenta saberes sobre o espaço e noções sobre o espaço que embasam a sua narrativa histórica. Nesse embasamento, Barroso assume a função de narrador-observador e onisciente, chamando à atenção o seu fascínio pela morte, pelas aves enquanto mau presságio, pela guerra e pela solidão, elementos retóricos presentes nos dois textos e que conduzem para a produção do espaço da guerra e do espaço da solidão. No entanto, não queremos encerrar a descrição e análise deste livro, sem mostrar outro recurso retórico que perpassará parte significativa da obra de Gustavo Barroso: os judeus.

Espaço judaico

Em relação à dimensão internacional, como anteriormente explicitamos, aparece em conflito com as escalas nacionais, como que ameaçando a existência delas, uma espacialidade corroída por dentro e por fora pelo sistema religioso judaico a partir de personagens influentes e de ações ocultas sobre a estrutura das nações ocidentais católicas. Chamaremos a esse complexo de ideias “espaço judaico” para sublinharmos a perspectiva antissemita na qual ele circunscreve. Para exemplificar esse ponto analisaremos o conto “Juízo de Deus” somente porque acreditamos que sua complexidade demanda uma atenção especial ao tecido do

texto, às letras empregadas, apesar de reconhecermos que o antissemitismo perpassa toda a obra ora em análise.

No capítulo “Juízo de Deus” (BARROSO, 1933a, p. 201-207), inserido no tópico histórico sobre a Idade Média, o autor discorre sobre a morte de Isac Vaco, um judeu que se convertera em “tão bom cristão” e que desempenhava a função de cobrador de impostos. Como epígrafe ao seu texto, Barroso coloca um trecho da obra *Histoire des Israelites*, de Theodore Reinach (1860-1928), em língua francesa: “do sistema fiscal sempre imperfeito da Idade Média, o judeu serviu de qualquer sorte como coletor de impostos, de intermediário oficial entre o tesouro e o contribuinte” (REINACH *apud* BARROSO, 1933a, p. 201, tradução nossa).

Assim, Barroso começa o texto falando da conversão de Isac Vasco (nome que mescla as heranças hebraica e bíblica e a portuguesa; que lembra dois personagens de envergadura: Isac, filho de Abraão, e Vasco da Gama, famoso navegador português) e de sua entrada na profissão de cobrador de impostos: Barroso, assumindo como o faz ao longo do livro, a função de narrador-observador trata com certa ironia velada a conversão de Vasco, pois na primeira página do texto diz que o personagem “fora judeu”, mas nas páginas seguintes usa de forma recorrente e demasiada a palavra “judeu” para identificá-lo (BARROSO, 1933a, p. 201, 203, 204); em seguida, como elementos comprobatórios dessa eventual conversão de Isac, ele narra a sua separação da esposa, que também era judia, e o início do seu trabalho no mosteiro de Alcaniz, onde passou a trabalhar como coletor de impostos.

No início do trabalho enquanto cobrador de impostos, então, que seria o nexos de Isac dentro da comunidade judaica devido à epígrafe, Isac Vasco demonstra uma habilidade salutar na lida com o dinheiro e consegue aumentar o bruto dos tributos para o mosteiro (cf. BARROSO, 1933a, p. 201), e isso ocupa lugar de destaque no texto, levando o leitor a se perguntar como Vasco conseguira essa proeza “nunca antes vista” e qual a relação do aumento de impostos com o título do texto.

Barroso narra, então, a importância e a riqueza constituintes do espaço do mosteiro: seu abade, Dom Geraldo, era confessor do rei de Aragão, razão pela qual após a morte do rei o convento herdou terras prósperas em colheita de vinho e de azeite. Ao trabalhar sobre essa área, Isac Vasco estava fazendo progresso financeiro, de modo que entre os freires “era grande o seu valimento e a honestidade de suas cifras desafiava perquirições” (BARROSO, 1933a, p. 202). No entanto,

[...] nas casas de um conqueiro e de um pergamilheiro, seus amigos, que lhe davam albergagem, escondera pequenos baús recheados de coroas velhas, cujo ouro não limaram nunca os banqueiros nem os ganhadores dos escambos. Nos burgos sujeitos ao abade, em troca de ligeira almeitega, refeição de couves, pão e ovos, que tomava numa alpendrada da judiaria ou da mouraria, dispensava dum terço dos pesados impostos da alfita, do azagui, da quarentena e da judenga os mouros e seus irmãos do antigo credo. Assim, conciliava a simpatia de todos (BARROSO, 1933a, p. 202).

Assim, Barroso acentuava o comportamento corrupto de Isac Vasco, que com isso não desviava dinheiro apenas do mosteiro, mas também da Coroa e da própria catolicidade, dado o período dos Reis Católicos. Vasco atuava como um divisor e como um desonesto em relação ao poder constituído, beneficiando os judeus e os mouros. De modo que a sua conversão seria falsa, mas não se diz que ela fora oportunista, ao menos claramente. Há insinuação. Quando Barroso emprega a frase “irmãos do antigo credo” sinaliza para o laço de pertencimento não só de Vasco, mas dos judeus como um todo: o pertencimento ao grupo social e étnico dos judeus seria quase indelével e constituiria o elemento de fidelidade deles. O laço étnico estaria indicado no próprio nome do personagem, judeu e português, israelita e católico ao mesmo tempo. Não bastava assimilar os judeus para fazer com que eles caminhassem no mesmo rumo da catolicidade e deixassem de corrompê-la, era preciso algo mais contundente. Nisso, o leitor é levado a pensar no título; talvez necessário fosse o juízo implacável de Deus. O interessante é que ao narrar este episódio do livro Barroso parece colocar-se dentro do mosteiro, tendo como companheiros os freires e assumindo uma postura de observador privilegiado, exemplo é o emprego dos verbos “vinha” e “trazia” quando da aproximação do judeu ao mosteiro. Podemos acreditar que Barroso já se incluía ou continuava a se incluir numa tradição espacial e religiosa católica.

Certo dia, um dia de “grande mormaço” e de céu “azul metálico”, Isac Vasco voltava ao mosteiro após o dia de coleta de impostos, trazendo o dinheiro em arcas de carvalho “com cruces enlevadas”. Barroso tece a cena: inicialmente, informa que “devia ser grande a quantia [de dinheiro]”, pois a cobrança ocorria há dois dias simultâneos e havia passado por diversos lugarejos e ele tinha cobrado as dívidas atrasadas sobre os foros encomissados, cumprimento de carta de gádea e detenção de gados, “como todos os bens do acaso”. Depois, Barroso apresenta elementos da natureza como constituintes do cenário do acontecimento: todas as árvores estavam imóveis, sentia-se um frêmito, zumbiam moscardos e gritavam, ao longe, milhafres, num dia de céu azul metálico (BARROSO, 1933a, p. 202-203). A natureza como que pressagia um acontecimento importante a acontecer; recolhe-se ao contrário da exuberância das arcas de dinheiro, nada discretas; atenta, fornece as condições geográficas e naturais propícias para que um observador qualquer, um ladrão, por exemplo, conseguisse identificar a enorme quantia de dinheiro ali acessível. Nesse encontro entre o judeu e o território da floresta, Barroso narra, enfim, o episódio pressagiado:

O judeu cochilava, cabeceando, quando um homem de esfarrapado alquicé, saltando do mato, travou da arreata da égua com um longo punhal na mão. Mal teve tempo de abrir os olhos, já a lâmina transpassava o ventre. Deu um grito e molemente caiu sobre as caixas. O sacomardo arrancou o cadáver da albarda, arrastou-o pelos braços até o bosque e deixou-o, entre touceiras de penhasco, à beira do córrego. Abriu as arcas. Revolveu com ávidas mãos e guloso olhar os sacos de espadins, os atados de escudos e ceitis; remexeu as tulhas de mealhas e xinfrans, alisou com delícia a face das castelas de ouro. Por fim, montou e fugiu, esporeando furiosamente a cavalgadura com a arma (BARROSO, 1933a, p. 203).

Podemos perceber que o fascínio do autor pela morte novamente se faz presente na narrativa do livro, dessa vez com a morte de Isac Vasco. Barroso descreve o assassinato com muitos detalhes, se coloca no lugar do assassino em todo momento e justifica a ação criminosa pela ênfase na presença de arcas de dinheiro e, mais amplamente, pelo vínculo dos judeus com o dinheiro. Pela ação corrupta de Isac contra o mosteiro, a morte dele não é lamentada, nem ganha tons de dramaticidade; é tida como algo natural e aparentemente justificada.

Ao contrário dos outros textos apresentados pelo mesmo autor, essa morte de Isac Vasco não significa o fim do texto. Com efeito, em “Juízo de Deus” a morte do judeu funciona como um ponto de clivagem na narrativa; a partir desse acontecimento temos acesso a uma série de surpresas que visam a dar sentido à morte de Isac. Essa dotação de sentido é necessária, sobretudo, pelo jogo de palavras ao qual nos lança Barroso em sua narrativa: o Isac bíblico chegou bem próximo da morte, prestes a ser dilacerado pelo próprio pai, a mando de Deus, Deus envia um anjo para que ele não viesse a morrer. No homônimo de Barroso, Isac não é poupado, razão pela qual se há de explicar o porquê dessa distinção em relação ao famoso episódio bíblico. Podemos dizer que a ação considerada perniciosa dos judeus acabou nesta morte no texto, mas que o juízo de Deus continuaria a se desenrolar ao longo da narrativa.

A dotação de sentido é tecida pela inclusão de um novo personagem: dom Egas Ortiz, senhor da Bica de Calamocha. Barroso o descreve como um “belo senhor” de “olhos pestanudos” (BARROSO, 1933a, p. 206). Indo ao seu solar, precisamente ao passar de forma fortuita pela mesma parte da mata onde ocorrera o assassinato, dom Egas ouve o barulho de água e logo para a montaria, desce com rapidez portando a concha na mão. Barroso constrói a cena: terra húmida, muitos arbustos, sons de um leve “murmurejar da levada”, um riacho na parte de baixo do terreno (BARROSO, 1933a, p. 204). Ao remexer os arbustos e direcionar a sua concha à água do rio, dom Egas consegue beber muitos goles de água e conseqüentemente consegue saciar a sua sede. Após a saciar a sua sede, ele vai embora sem perceber o cadáver morto ao lado do riacho.

No dia seguinte, os corvos (notemos novamente a presença dos pássaros na narrativa de Barroso) estavam consumindo o cadáver então em putrefação. Pelo fedor e pela presença dos corvos, um alfeireiro que guiava o rebanho naquele momento percebe o cadáver e vai ao mosteiro avisar sobre a nova descoberta. Barroso coloca-se ao lado do cadáver, emprega novamente o verbo “vieram” para designar a chegada dos clérigos e de juizes para o cuidado do defunto, de modo a sepultá-lo de forma cristã e para examinar os vestígios do “crime” (BARROSO,

1933a, p. 204). Aos emissários da Justiça, os populares, quer dizer, “aldeões de bristois escuros”, afirmam ter visto um homem “de má cara” com uma “égua pedrez”, o que designaria o ladrão sem nome que assassinara o judeu, mas os emissários, diz Barroso, não deram “ouvidos a tal reconto” e concluíram que dom Egas era, de fato, o criminoso e assim mandaram os emissários do rei para prendê-lo em seguida (BARROSO, 1933a, p. 204-205). Ao chegarem à residência de dom Egas Ortiz, a cena do acontecimento é esta:

Perante o foro de Tortosa, dom Egas negou com tal fortaleza e durante tantos dias a autoria do homicídio e furto que os juízes não tiveram talante de lavrar sentença sem uma prova mais concludente ainda. Tendo em vista as leis civis e canônicas, resolveram tentar o juízo de Deus. O cavaleiro aceitou cheio de fé. O duelo ou desafio não se podia travar, porque não havia outro acusado ou suspeito, nem padrinhos. A água fria e quente era benigna provação para crime tão alto. Restava a purgação vulgar do ferro em brasa (BARROSO, 1933a, p. 205).

Podemos extrair alguns indícios dessa narrativa. Dom Egas Ortiz ocupava a função de homem de fé, cristão convicto e inocente que estava a ser acusado injustamente de um latrocínio. Os ladrões eram vistos de forma pejorativa, como feio e ruins. E que o impulso criminoso sobre dom Egas foi uma iniciativa particular dos juízes. O título “Juízo de Deus” tem a ver com a postura tomada pelos juízes: não querendo condenar Ortiz de forma peremptória, dada a insistência do próprio acerca de sua inocência, eles apelam para o Juízo de Deus, ou seja, o procedimento jurídico em que o próprio Deus emitiria a sua posição e sentença sobre a inocência ou a culpa de dom Egas. Como ao longo do texto, Barroso deixa clara a inocência de dom Egas, era esperado pelo leitor que o referido juízo referendasse essa posição esperada e que contrariasse a dos juízes. No entanto, a narrativa de Barroso é surpreendente.

Barroso narra da seguinte forma os preparativos de Dom Egas Ortiz:

O senhor da Bica da Calamocho confessou e comungou, jejuou três dias, foi benzido e exorcizado. Dos homens nada podia esperar. *Mas Dus por certo demonstraria sua inocência.* Sua alma se enchia de esperança ao pensar na lenda formosa e tão espalhada pelas Espanhas de dona Tareja Soares, flor das mulheres de Riba-Douro, que segurara nas macias mãos um ferro caldo, retirando-as tão brancas como dantes, confundindo assim por mercê do céu, o marido que, falsamente, a acusara de adultério (BARROSO, 1933a, p. 205, grifo nosso).

Considerando a inexistência de erros editoriais ou gráficos na página da citação acima, pois a palavra “Deus” é empregada noutra ocasião (BARROSO, 1933a, p. 207), é interessante que a grafia “Dus” destoa da grafia empregada no título do texto e ao longo do mesmo. É estranha porque é uma forma de grafar característica do judaísmo, cujos fiéis não colocariam em vão o nome da divindade, e Egas Ortiz é apresentado aparentemente como um homem cristão, com uma fé piedosa. Ortiz está imerso no caldo cultural cristão da Idade Média: lembra-se das lendas da Espanha, elas funcionam como consolo e motivo de esperança. A fala que destacamos é tecida pelo narrador; é o próprio Barroso que a tece. Estaria dom Egas Ortiz de alguma forma vinculado ao grupo de judeus? Por que “Dus”, e não “Deus”, podia demonstrar a inocência dele? Seria Egas Ortiz um daqueles “irmãos do antigo credo” beneficiados por Isac Vasco à custa do dinheiro do mosteiro (BARROSO, 1933a, p. 202)? Essas são perguntas que não são respondidas diretamente, mas cujas respostas podemos encontrar respostas pelo exame minucioso de sua narrativa.

No julgamento, se as mãos de dom Egas queimassem e ele gritasse, a culpa ser-lhe-ia computada. Em caso contrário, sem grito ou queimadura, sua inocência e sua liberdade estariam asseguradas. O processo era tido como uma ação divina; os pensamentos dos homens como pensamentos do divino. Assim, ao colocar as mãos sobre a chapa de ferro ardente, “As carnes fumegaram. Soltou um grito, erguendo a palma em carne viva; e uns farrapos de pele ficaram chiando, enrugados, de encontro ao ferro” (BARROSO, 1933a, p. 206). Consequência: a convicção de culpa, que morava já no “sentir dos julgadores”, penetrou a multidão a ponto de os aldeãos, “que tinham visto o salteador fugindo sobre a égua do judeu, acharem que *Deus apontara o verdadeiro culpado*” (BARROSO, 1933a, p. 206, grifo nosso). Com isso, dom Egas Ortiz é condenado pelos juízes; a sua pena tem uma dupla face: os seus bens e os seus campos são dados ao abade do mosteiro de Alcaniz como ressarcimento ao roubo cometido e ele é condenado à morte inglória, de modo que o seu corpo fique exposto na encruzilhada de Tresfuentes (BARROSO, 1933a, p. 206-207).

Pelo desfecho surpreendente do caso se revela uma estratégia narrativa de Gustavo Barroso. Como cristão católico e pela forma como ele tece a narrativa, especialmente ao se colocar do lado dos residentes no mosteiro e ao enfatizar em sua descrição elementos do sistema religioso católico (cruzes, fé, ritos, ambiente geográfico, recorte histórico), Barroso não emprega as grafias “Dus” e “Deus” de forma aleatória; é antes uma estratégia discursiva. Com a segunda grafia, ele designa um componente do seu próprio sistema religioso, que ele naturalmente entende como correto e como ponto de referência (Deus não condenaria um inocente); a primeira forma, por seu turno, refere-se ao sistema religioso judaico. Com base nessa condição, podemos concluir que, na perspectiva de Barroso, o Deus seguido pelos judeus e o Deus seguido pelos cristãos são distintos e que, portanto, o “Juízo de Deus” aludido no título refere-se à morte de dois judeus: Isac Vasco seria abertamente judeu devido à condição étnica e como disfarce dessa condição se convertera ao cristianismo; dom Egas Ortiz seria um judeu muito disfarçado, um judeu de pensamento, de cunho mais privado, e o seu pertencimento à comunidade judaica se revelaria somente em casos extremados, em casos de vida ou morte, e por meio de uma intervenção divina.

De alguma forma, com esses dois tipos de judeus sendo identificados e com aquele grupo de “irmãos de credo” aludido ainda no início do texto, Barroso mostra que já na Idade Média existia uma forte influência da comunidade judaica sobre o espaço do mosteiro: os judeus se mesclaram de tal forma aos cristãos que se casaram, ocuparam cargos de confiança, alcançaram status elevados e ajudaram a convencer a todos de seu benefício sobre a sociedade, o que os auxiliou no domínio e na consolidação econômica sobre o mundo cristão. A Justiça de Deus se faz pela morte dos judeus.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, discutimos o conjunto de ideias complexas e seus aspectos imagético-discursivos que caracterizam o espaço na narrativa de *A Ronda dos séculos* (BARROSO, 1933a) e sublinhamos os elementos que demarcam a autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”, que aparece pela primeira vez na obra em relevo e que vai demarcar também as demais produções do autor da década de 1930, como apontado também ao longo do trabalho. Os principais elencos demarcados dessa assinatura são dois: o espaço católico, que demonstra a pressuposição do catolicismo enquanto índice civilizacional do Ocidente, a ideia de que o mundo contemporâneo estaria se barbarizando e a ideia da guerra enquanto um dos fatores mais importantes para a reação e para a inteligibilidade do período, considerando uma linha evolutiva em que predominam as ideias em detrimento da materialidade; e o espaço judaico, que designa a corrosão das nacionalidades pela escala internacional, que é tido como o espaço de dominação dos judeus, os quais atuam pelo menos desde o período medieval e desde os primórdios da história brasileira de forma oculta, influenciando as principais autoridades de cada cultura ocidental. O texto analisado defende abertamente que a solução para a corrosão das nacionalidades é a morte dos judeus. Nesse sentido, citando *Ideias e Palavras* (JOÃO DO NORTE, 1917), demonstramos que os elementos do espaço judaico e do espaço católico são intrínsecos à autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”.

Nessas condições, podemos afirmar que o significado da autonomia da assinatura “Gustavo Barroso” se constituiu enquanto uma espacialidade católica e antissemita que foi fundamental para a produção do Fascismo Clerical e da autoconstrução biográfica do autor, conforme lembramos ao longo do trabalho. Nesse ponto, cumpre estabelecer alguns apontamentos que assinalam a possibilidade de aprofundamento da discussão feita aqui. Primeiro, quando inserimos o problema da autonomia da assinatura na relação entre catolicismo, antissemitismo e fascismo, estamos mostrando como a assinatura é uma realidade estruturada, enclausurada à pessoa e às movimentações política do seu autor. É plausível pensar também a assinatura como uma realidade estruturante, que moldou

o conteúdo e a forma de outras obras assinadas com “Gustavo Barroso”, motivando uma investigação acerca de como o discurso narrativo é construído em obras das décadas de 1930 e 1940, particularmente pela explicitação do papel que a assinatura vai assumir no jogo de uma produção escrita. Segundo, sabemos a importância da assinatura para a construção do espaço nacional em termos de uma racionalidade católica antissemita (MELO JÚNIOR, 2017), de modo que se descentraliza o campo de estudos que tem “Gustavo Barroso” como objeto, uma vez que a parte majoritária da historiografia sobre a temática (basta conferir a citada ao longo deste trabalho) privilegiou as chamadas obras integralistas, naturalizando o problema da assinatura (até 2017, não discutido) e pressupondo uma relação em que o ficcional serviria ao político somente. Assim, surge a demanda por uma investigação sobre as relações entre os textos ficcionais e os integralistas que são marcados com a mesma assinatura, “Gustavo Barroso”.

“Gustavo Barroso” é um objeto de saber-poder que, sem ferirmos a historicidade do nosso trabalho, podemos afirmar que moldou a inteligibilidade sobre o intelectual e polígrafo que a produziu e encarnou. Essa assinatura demarca o catálogo de bibliotecas, o acervo de livrarias, sites de livros usados, a museologia e arquivologia e, claro, as palavras-chaves de diversos trabalhos acadêmicos. Quem dela escapou? Seria possível escapar ou estariam os trabalhos que naturalizaram o problema da assinatura sendo pensados por aquilo que acreditam pensar? Lançamos essa provocação e concluímos este trabalho com aquilo que cumpre a uma carta designar:

[...] de que é feita a vida, de 30 a 32 tive tantos desgostos que nem a viagem à Europa me restituiu a alegria. De repente, o cenário muda e recebo manifestações espontâneas e inesperadas. Respeito as sinceras, porque não tenho favores a retribuir. Tudo fora destruído do meu trabalho de dez anos. Só a pena me ficara na mão fatigada. E ela foi como um arado bendito: rasgou de novo a terra e fez brotar a messe clamada. Graças a ela, creio, sobrevivi ao terremoto, sobre a República Velha... (BARROSO, 1933b).

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. **A palavra e o pensamento Integralista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, Gustavo. **A ronda dos séculos**. São Paulo: Livraria José Olympo, 1933a.

BARROSO, Gustavo. **Brasil- colônia de banqueiros (história dos empréstimos de 1824 a 1934)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. **História secreta do Brasil: do Descobrimento à Abdicação de D. Pedro I**. 1ª parte. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

BARROSO, Gustavo. **Integralismo e Catolicismo**. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

BARROSO, Gustavo. **Os protocolos dos sábios de Sião**. São Paulo: Minerva, 1936.

BARROSO, Gustavo. Rio de Janeiro [carta] para CASCUDO, Luís da Câmara. Natal [carta]. 07 de janeiro de 1933b. Instituto Ludovicus- Câmara Cascudo, Natal.

CARNEIRO, Maria. Luiza. Tucci. **O Antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2011.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. São Paulo. Dissertação de mestrado em História Social. São Paulo: FFHLS/USP, 1992.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o Führer brasileiro: Nação e identidade no discurso integralista barrosiano (1933-1937)**. João Pessoa: Ideia, 2015.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Bestbolso, 2014.

GENETTE, Gérard. **Narrative Discourse: An Essay in Method**. New York: Cornell University Press, 1990.

GENETTE, Gérard. **Paratexts: Thresholds of interpretation**. New York: Cambridge University Press, 2001.

HOBSBAWM, Eric. A queda do liberalismo. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 113-143.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. O anticomunismo de Gustavo Barroso: a ação política como instrumento para um discurso antissemita. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Orgs.). **Intelectuais e comunismo no Brasil: 1920-1950**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2011, p. 15-34.

JOÃO DO NORTE (Gustavo Barroso). **Ideias e palavras**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurício, 1917.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KERN, Stephen. The Nature of Space. In: KERN, Stephen. **The Culture of Time and Space (1880- 1918)**. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 1983. p. 131-180.

MAGALHÃES, Aline Monteiro. **Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Tese (doutorado em História)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothschild, nem Trotsky: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

MELO JÚNIOR, Antônio Ferreira de. **A assinatura “Gustavo Barroso”**: análise do discurso narrativo de Ideias e Palavras, A ronda dos séculos e os Protocolos dos Sábios de Sião (1917-1936). Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História e Espaços -, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

PAZ, Octavio. **El laberinto de la Soledad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PEIXOTO, Renato Amado. “A verdadeira Liga Extraordinária” e a “História do Brasil em Quadrinhos”. In: BRAGA, Amado; MODENESI, Thiago (Org.).

Quadrinhos e Educação em 20 olhares. Recife: Editora da UFPE, 2015a. p. 139-158.

PEIXOTO, Renato Amado. “Creio no espírito cristão e nacionalista do Sigma”: Integralismo e catolicismo nos escritos de Gustavo Barroso, Padre J. Cabral e Câmara Cascudo. In: RODRIGUES, C.M; ZANOTO, G; CALDEIRA, R.C. **Manifestações do pensamento católico na América do Sul.** São Paulo: Fonte editorial, 2015b. p. 99-126.

PEIXOTO, Renato Amado. From “Apostles” Creed” to the Cult of the Duce: an Exam of the Collusion between Catholicism and Fascism in Interwar Brazil. In: HENDERSON, Gary (Editor). **Catholicism: Rites, History and Social Issues.** New York: Nova Science Publishers, 2017, Chapter 2.

PEIXOTO, Renato Amado. “System of the heavens”: um exame do conceito de colusão por meio do caso da criação do núcleo da AIB em Natal. **Revista Brasileira de História das Religiões,** ANPUH, ano IX, n. 25, p. 121-150, maio/agosto de 2016.

PEIXOTO, Renato Amado; RODRIGUES, Cândido Moreira. O catolicismo no Brasil no período Vargas: imbricações entre religião, política e espacialidade. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia (Orgs.). **Igrejas e ditaduras no mundo lusófono.** Recife: Edupe, 2020. Cap. 2, p. 61-94.

RAMOS, Graciliano. **Angústia.** São Paulo: Livraria Martins, 1961.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.